

2 Pressupostos teóricos

Neste capítulo, exporemos os principais fundamentos teóricos envolvidos nesta investigação. Aqui, em três seções distintas, trataremos das concepções gerais que guiam nossa pesquisa. Na primeira, além de deixar claro qual posicionamento teórico adotamos, apresentaremos a discussão filosófica entre as visões *representacionista* e *anti-representacionista* da linguagem, discussão esta que norteou a principal hipótese desta investigação: a existência de uma tensão entre duas visões de linguagem e significado no *Curso de Lingüística Geral*. Na segunda seção, explicitaremos o ângulo aqui escolhido para a leitura do *Curso*, fundamentado principalmente nas obras de R. Harris, *Reading Saussure and Language, Saussure and Wittgenstein: how to play games with words?*. Finalizando o capítulo, na terceira seção, explicitaremos a conceituação de metáfora que servirá de base para a nossa análise, incluindo aí uma breve discussão acerca do papel da metáfora na construção das ciências.

2.1 Duas visões para linguagem na história da Filosofia

Nesta seção, examinaremos a ascendência filosófica das duas visões concorrentes sobre o significado lingüístico que, segundo nossa hipótese de trabalho, encontram-se em estado de tensão no *Curso*. Pretendemos aqui alcançar dois objetivos: o primeiro deles é situar brevemente o lugar das visões *representacionista* e *anti-representacionista* na história da Filosofia, e o segundo é esclarecer a importância deste debate para esta pesquisa, deixando claro qual o posicionamento teórico adotamos.

O fato de que o debate em torno do representacionismo se trava originalmente com maior clareza no campo da Filosofia, e não no da Lingüística, justifica a inclusão de uma seção especialmente dedicada a apresentá-lo. Este mesmo fato, no entanto, impõe uma certa limitação à profundidade da discussão que se segue: estaremos explorando uma área que não é a de nossa formação acadêmica mais básica. Nesse sentido, convém ressaltar de saída que a discussão subsequente reflete uma incursão apenas preliminar pela história da Filosofia, uma incursão que é, no entanto, suficiente para os propósitos desta pesquisa.

Ao definirmos preliminarmente o que seria uma visão *representacionista* do significado e da linguagem, limitamo-nos a mencionar a formulação sintética de Harris, para quem, como vimos, o representacionismo aceita “como axiomático o princípio de que as palavras têm significado para nós em virtude de representarem alguma outra coisa”. Neste capítulo, teremos oportunidade de explorar as conseqüências desse pressuposto básico e verificar que, associados a ele, encontramos uma série de outros, que envolvem a compreensão do que seja *linguagem*, *regularidade lingüística*, *significado* e *conhecimento lingüístico*. Veremos também que o movimento de reação ao representacionismo, ao negar às palavras a vocação de representar, coloca necessariamente sob nova ótica cada um desses conceitos.

Para guiarmos a exposição do debate das visões *representacionista* e *anti-representacionista* da linguagem, vamos, então, apresentar comparativamente as formas como se compreendem nessas visões os conceitos acima destacados. Direta ou indiretamente, tais conceitos estarão no horizonte da análise das metáforas que será desenvolvida no capítulo seguinte, e o esclarecimento de modos alternativos de entendê-los é o que nos permitirá identificar o jogo entre adesão e reação ao representacionismo no *Curso*.

O *representacionismo* não é propriamente uma teoria da linguagem. O termo tem sido aplicado em referência à concepção de linguagem que em geral subjaz a projetos metafísicos de inclinação *essencialista*, caracterizados pelo esforço por capturar uma compreensão correta, verdadeira e única dos fenômenos, um esforço que se pode atribuir não apenas à boa parte dos sistemas filosóficos ocidentais, mas à grande maioria das ciências. É a visão representacionista, então, um conjunto de pressupostos acerca da linguagem, que não se pode atribuir a qualquer filósofo específico, funcionando antes como um “paradigma proto-teórico” que, disseminado na história do pensamento ocidental, subjaz a muitos projetos filosóficos essencialistas, como os de Platão, Aristóteles, Locke, Descartes e muitos outros pensadores igualmente seminais (cf. Glock, 1997:370-4).

Subjacente às teorias de base essencialista, está o entendimento de que a linguagem tem como principal função a de representar a realidade – seja a realidade em si, seja a conceptualização mental da realidade. Sob essa ótica, a

linguagem só é inteligível e a comunicação só é possível, porque a linguagem tem a virtude de representar uma realidade experienciada e comum a todos.

Entende-se, portanto, que cada palavra e cada sentença possuem em si um significado essencial. O que torna a linguagem estável e regulada é justamente o fato de que cada palavra (e cada sentença) remete-nos, nas suas múltiplas e variadas situações de uso, a um mesmo ponto original e fixo, o significado essencial que representam.

O conhecimento lingüístico, para as teorias cujos fundamentos podemos associar ao *representacionismo*, estaria, portanto, tipicamente associado a um conjunto de associações mentais entre as expressões lingüísticas e seus significados essenciais, os conceitos, somados a princípios gerais para a combinação entre eles. Aprender uma língua seria, sob esse ângulo, por sua vez, aprender essas conexões – adquirir um instrumento de descrição, em que teríamos, por um lado, as palavras, que nomeiam, e por outro as sentenças, que descrevem.

Dito de outra forma, antes de aprender uma língua, os seres humanos, a partir de uma conquista individual, resultado da aplicação de suas faculdades cognitivas às experiências com a realidade circundante, teriam posse prévia dos conceitos, que poderiam manipular numa espécie de linguagem interior, prescindindo, para isso, do aprendizado de qualquer língua específica. Este aprendizado se daria em um momento logicamente posterior ao da formação dos conceitos: de posse dos conceitos, aprenderíamos os seus “nomes” numa dada língua, nomes que ficam então disponíveis para as situações em que desejamos falar das coisas. A linguagem, sob esse ponto de vista, desempenharia um papel relativamente periférico, funcionando como mero *instrumento* para a comunicação do pensamento.

De posse do pensamento e da linguagem, nós poderíamos então interagir socialmente. Sob esse ângulo, essa interação é possível e funciona, como se disse acima, porque o processo de aquisição da linguagem possui início, meio e fim, ou seja, uma vez que se adquire a linguagem, ela se estabelece em nossos cérebros na forma de associações entre nomes e coisas, sejam estas mentais ou reais. Sob o ângulo representacionista, a comunicação é um processo espelhado de compreensão e produção de enunciados entre dois ou mais interlocutores – um

processo que poderia ser compreendido como envolvendo basicamente *codificação e decodificação*.

Wittgenstein, em crítica que dirige aos representacionistas (e a proposições defendidas por ele mesmo em seu passado) sintetiza bem os pressupostos da perspectiva representacionista acima descrita, na seguinte passagem das *Investigações Filosóficas*¹:

[...]o que pode nos levar a pensar (e que me levou) que quem pronuncia uma frase e *lhe dá significação* ou a *compreende* realiza com isto um cálculo segundo regras determinadas. (IF:§81)

Dentro dessa visão, que, em termos wittgensteinianos, poderíamos chamar de *modelo do cálculo*, a linguagem serviria basicamente à comunicação de idéias; e a condição necessária para que esse processo comunicativo possa funcionar seria que as palavras tenham suas significações, identicamente codificadas e decodificadas, correspondendo regular e trans-subjetivamente a alguma entidade estável, real ou mental. Observe-se que, sob esse ângulo, a regularidade da linguagem seria vista, por assim dizer, como uma regularidade “superlativa”, um cálculo realizado “segundo regras bem determinadas”.

O modelo do cálculo é um modelo que se afina com uma busca pelos universais e/ou essências, porque essa busca supõe que a linguagem funcione de uma forma “confiável”, que possa servir como uma base estável para a articulação racional do pensamento e para a sua transmissão. Rorty (1994:2) sugere, nesse sentido, que, para projetos que ambicionam “entender um objeto de uma forma única, chegando assim a uma verdade absoluta e universal”, a adoção de uma visão representacionista parece ser de fato um requisito básico.

Universalismo, essencialismo e representacionismo andam, com efeito, lado a lado, na história do pensamento ocidental, uma tendência que, segundo Bakhtin, parece hegemônica na abordagem dos fenômenos lingüísticos (*apud* Weedwood, 2002:149). No projeto essencialista, que tende pressupor a adoção de uma visão representacionista, não se dá à linguagem muita importância, como adverte Martins (1999:19), justamente porque se supõe – e é essencial que se suponha – que as palavras “não ‘interferem’ na investigação daquilo que realmente interessa, o significado”. Os essencialistas aceitam, então, como um

¹ Doravante *IF*.

axioma o princípio de que as palavras têm significado para nós em virtude de representarem estavelmente significados essenciais fixos – “entidades” de algum tipo (real, mental, virtual, etc).

Na filosofia contemporânea, muitos autores têm questionado o projeto e os pressupostos essencialistas (cf. Rorty: 1994). Conforme esclarece Souza Filho (2001), no centro desses questionamentos, encontramos muitas vezes uma crítica à visão de linguagem que tende a se associar a tal projeto e que aqui estamos chamando de *representacionista*. Filósofos como Nietzsche, Heidegger, Wittgenstein, Derrida, Foucault, Deleuze, Austin e Quine, para citar apenas alguns nomes, empreendem, cada um à sua maneira, críticas contundentes à perspectiva representacionista da linguagem, indicando que sua inadequação se associa à “ilusão” de que a busca da “verdade absoluta e universal” tem chances de êxito (cf. Rorty, 1994: cap.1). A substituição dessa perspectiva por outras, mais adequadas, sugerem esses filósofos, impõe que se reveja profundamente o projeto essencialista.

Nesta dissertação, por razões que devem ter ficado claras na Introdução, optaremos por tomar como base a perspectiva não representacionista oferecida por L. Wittgenstein. Segundo Martins (1999:16), Wittgenstein procurou mostrar, através de uma crítica à perspectiva representacionista da linguagem, que o projeto essencialista corresponde a “um impulso humano tão natural, quanto mal orientado”.

Nas *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein reflete sobre o legado essencialista e se insurge, no que ficou conhecido como seu segundo momento, contra a visão representacionista da linguagem, que, como ficou claro acima, subjaz a muitas teorias filosóficas e científicas. Procurou demonstrar que, na base do projeto da metafísica, havia a adoção de uma idéia equivocada sobre o funcionamento da linguagem. Wittgenstein percebeu que havia algo que se sobrepunha à relação de designação entre o nome e a coisa, e que se fazia mais fundamental, para entendermos o funcionamento da linguagem em cada uma de suas inúmeras práticas. Segundo ele, a dificuldade que as teorias essencialistas reconhecidamente enfrentavam em fixar o significado dos conceitos com os quais trabalhavam devia-se, entre outras coisas, ao fato de que os vários usos das palavras tipicamente não se reduzem a significados essenciais, comuns às suas múltiplas instâncias de aplicação.

Para destrinchar um pouco mais a reação anti-representacionista empreendida por Wittgenstein, vamos passar a observar como se entendem, no contexto dessa reação, os fenômenos da linguagem, da regularidade lingüística, do *significado* e do conhecimento lingüístico, tópicos já abordados com relação à perspectiva representacionista.

Para começar, é importante ter em mente que também o anti-representacionismo não é uma teoria da linguagem propriamente. Em Wittgenstein, esse movimento configura antes uma nova perspectiva sobre a linguagem, em que subverte radicalmente pressupostos adotados por toda uma tradição.

Antes de oferecer sua própria perspectiva alternativa acerca das noções acima elencadas, Wittgenstein procede, nas *Investigações Filosóficas*, a um questionamento da visão representacionista. Em primeiro lugar, ele nos convida a indagar: *cada palavra possui mesmo um significado essencial?* Se a resposta fosse afirmativa, ele nos leva a ponderar, por que então é tão difícil determinar o significado de palavras, seja o significado das que ocuparam por tanto tempo a mente de filósofos, como *ser*, *conhecimento*, *eu*, seja o de palavras simples, de uso cotidiano, como *cadeira* ou *jogo*? As palavras, longe de seus contextos, se mostram resistentes a uma definição única e abrangente. Essa constatação, sugere Wittgenstein, pode nos levar a pensar que a resistência das palavras a revelar seu suposto significado essencial favorece a idéia de que a linguagem talvez não tenha como função apenas a nomeação e a descrição de estados ou de coisas. Observa, nesse sentido, que nem todas as palavras funcionam para nós como nomes de coisas, assim como nem todas as nossas sentenças descrevem. E, mais importante que isso, alerta-nos para a possibilidade de que a dificuldade de circunscrever os múltiplos usos que pode assumir cada palavra talvez seja um indicativo de que essa circunscrição, contrariamente à aposta de boa parte dos sistemas filosóficos ocidentais, não é possível em termos absolutos, dado o funcionamento da linguagem.

A visão representacionista da linguagem, em geral, se escora numa das “evidências” maiores de que a linguagem tem como função primeira a nomeação, que é a forma como o senso comum entende o processo de aquisição da linguagem. Os pais expõem a criança a um treinamento constante, fazendo-lhes

associar nomes a coisas. Wittgenstein sugere um outro entendimento para essas situações de “nomeação”:

Uma parte importante desse treinamento consistirá no fato de que quem ensina mostra objetos, chama a atenção da criança para eles, pronunciando então uma palavra [...] Esse ensino ostensivo das palavras, pode-se dizer, estabelece uma ligação associativa entre a palavra e a coisa: mas o que significa isso? Ora, isso pode significar coisas diferentes [...] Com uma outra lição o mesmo ensino ostensivo dessas palavras teria efetivado uma compreensão completamente diferente. “Ligando a barra com a alavanca, faço funcionar o freio.”- Sim, dado todo o mecanismo restante. Apenas com este, é alavanca de freio; e, separado do seu apoio, nunca é alavanca, mas pode ser qualquer coisa ou nada. (IF §6)

Existe, portanto, uma diferença entre a atividade de nomeação simples de coisas, e o que pode chegar a fazer o aprendiz da linguagem com esses nomes. Wittgenstein nos convida a pensar: quando é que, de fato, dizemos que uma pessoa *aprendeu* o significado de uma palavra? Se refletimos sobre o assunto, percebemos que nos contentamos com o aprendizado de uma palavra, não quando vemos que o aprendiz sabe relacionar os nomes às coisas, mas quando constatamos que sabe fazer *uso* destas palavras, independentemente do fato de que esteja ou não em condições de dizer: o significado dessa palavra é tal e tal; eis aqui o que essa palavra nomeia, etc. Dito de outra forma, o critério que utilizamos para atribuir a alguém o conhecimento do significado de um termo diz respeito à sua capacidade de usá-lo, e não à sua capacidade de enunciar a regra que “governa” todos os seus múltiplos usos.

A linguagem, por conseguinte, numa visão anti-representacionista não tem uma relação direta com a realidade. A relação linguagem-realidade reivindicada por grande parte das teorias essencialistas é deslocada, na perspectiva wittgensteiniana, para a relação linguagem-práticas humanas. Observe-se que, nesse deslocamento, renuncia-se à noção de *representação* como um todo: a linguagem deixa de ser um instrumento para representar o real – tampouco será vista como um instrumento para representar as práticas humanas. O que Wittgenstein sustentará é que linguagem não se dissocia das práticas humanas, mantendo com elas laços mutuamente constitutivos. A linguagem é, para Wittgenstein, antes de mais nada uma *forma de vida*, uma praxis, uma forma de ação. O que quer salientar Wittgenstein é que a linguagem não funciona como

mero instrumento para comunicação das idéias – é, antes disso, “importante para construir pontes e fazer outras coisas do gênero” (Wittgenstein, 1979: 61)

Os vários usos que se pode dar à linguagem são chamados por Wittgenstein de “jogos de linguagem”. É importante deixar claro que o termo jogo de linguagem quer salientar que falar uma língua é parte de uma atividade ou de uma forma de vida. (IF: §23) A nomeação, por exemplo, para ele é um dentre os vários jogos. A linguagem não é homogênea, ela está composta de uma série de atividades diferentes.

Nesse sentido, Grayling, afirma que a linguagem, na visão de Wittgenstein,

se entrelaça com todas as atividades e comportamentos humanos; conseqüentemente nossos inúmeros diferentes usos dela recebem conteúdo e significado de nossos afazeres práticos, nosso trabalho, nossas relações com as outras pessoas e com o mundo que habitamos; em suma, uma linguagem é parte do tecido de uma ‘forma de vida’ inclusiva.” (Grayling, 2002:90)

Indissociável de nossas práticas humanas, a linguagem é, como essas práticas, um fenômeno em certa medida estável e regulado. Entendida como prática, se realiza pela constante de uma conduta regulada e acontece naturalmente. Conforme esclarece Grayling (2002:106), “O seguimento de regras é uma prática geral estabelecida pela concordância, pelo costume, pelo treino.” Essa prática da linguagem é como a prática do jogo, uma atividade controlada por regras. As regras da linguagem, na perspectiva wittgensteiniana, não são, no entanto, regras "superlativas" que já contêm em si todas as possibilidades de aplicação; não têm uma existência autônoma e anterior à sua própria prática, que permita determinar precisamente o que pode acontecer numa dada situação comunicativa. Em outras palavras, a regularidade é definida em função dos jogos de linguagem – tem, portanto, a fixidez e a transparência de nossas práticas humanas; nem mais, nem menos. Isso significa que as regras da linguagem não são nem completamente fixas nem completamente transparentes.

Se é assim que funciona a linguagem, não se pode esperar uma base inteiramente estável onde descansam os significados das palavras. O significado de uma palavra é o seu uso na linguagem. Tais usos normalmente não se agrupam em torno de propriedades essenciais comuns. O significado de uma palavra não

pode ser visto como uma propriedade *da palavra*, que independa dos seus contextos de uso; depende, contudo, de nossas práticas humanas.

Pelo que se entendeu no parágrafo acima sobre o significado, pode-se compreender agora porque há uma enorme dificuldade em estabelecer os limites de um significado lingüístico. Essa dificuldade é fruto de seu caráter disperso, de sua organização eminentemente instável e dependente de uma variedade irreduzível de usos possíveis. Conforme resume Grayling, Wittgenstein entende o significado então da seguinte forma:

O significado de uma expressão é o que compreendemos quando compreendemos essa expressão. Compreender consiste em saber o uso da expressão em toda a variedade de jogos de linguagem em que ela ocorre. Saber seu uso é ter uma habilidade: a habilidade de seguir as regras para seu uso nesses diferentes jogos de linguagem. Seguir regras não é como um processo interno de entender algo como um cálculo que impõe objetivamente padrões de correção; é, antes, uma prática impregnada nos costumes e concordâncias de uma comunidade e como tal é essencialmente pública. (Grayling, 2002:109)

As palavras, numa visão anti-representacionista, podem ter inúmeros usos em inúmeros contextos dificilmente classificáveis, imprevisíveis e bastante arredios a projetos que pretendem de alguma forma fixá-los. Sob esse ponto de vista, a instabilidade, ou estabilidade relativa, dos significados das palavras comparece em todos os assuntos humanos, em todos os nossos jogos de linguagem – inclusive nas ciências e na filosofia. Daí a associação entre a adoção de uma perspectiva não representacionista e a renúncia a projetos essencialistas: o deslizamento constante dos significados torna de certa maneira toda verdade contingente.

Diante desse deslizamento constitutivo, como atestamos, então, que compreendemos uma expressão lingüística? Segundo a perspectiva anti-representacionista, os critérios que temos para dizer se alguém compreendeu uma expressão são os comportamentos que manifesta na interação comunicativa. É o jogo da linguagem, que espera que os interlocutores de um processo comunicativo se comportem/joguem segundo suas regras. O comportamento originado da compreensão de uma expressão deve ser aceito no jogo da linguagem como um lance legítimo; uma ação adequada no *contexto* particular em que ela é produzida. O que é importante enfatizar, no entanto, é que nada de *exterior* ao próprio jogo garante de antemão a legitimidade dos lances.

O reconhecimento da instabilidade dos significados e das práticas humanas, que tornam toda verdade contingente, são frutos da compreensão da linguagem como forma de vida, como algo indissociável dos costumes de uma cultura particular, de um momento particular da história, etc. É importante observar que a reação anti-representacionista substituiu a identidade de processos mentais comunicativos, para colocar a compreensão lingüística como um processo puramente intersubjetivo.

Aprender uma língua, de acordo com essa reação, significa antes de mais nada, aprender a tomar parte em práticas humanas; saber uma língua ou o significado de uma palavra é mais um *saber como* do que um *saber que*. Aprender uma língua não é, pois, adquirir um sistema de representação. Além disso, jamais “terminamos” de aprender a nossa língua – não se trata, como na visão representacionista, de um processo com início, meio e fim. Para a perspectiva wittgensteiniana, adquirir uma língua não é um processo finito. Isso se dá porque nós nunca terminamos de aprender o mundo em que vivemos, e como vimos, a relação entre linguagem-realidade foi deslocada para linguagem-práticas humanas, práticas estas inseridas numa realidade da qual não se dissociam. Não há, pois, abismo entre homem e mundo. A linguagem é, como vimos um jogo, do qual não temos conhecimento absoluto de suas regras. A linguagem está sempre pronta e sempre inacabada, bem ao estilo saussuriano. Nesse sentido, Wittgenstein nos alerta:

"É preciso não esquecer que o jogo da linguagem é dizer o imprevisível - isto é: não se baseia em fundamentos. Não é razoável (ou irrazoável). Está aí - como a nossa vida." (*Sobre a certeza* §559)

* * *

As teorias lingüísticas, em sua grande maioria, estão imbuídas de um ideal essencialista e representacionista. Pode-se observar claramente que existe, em muitas das correntes lingüísticas contemporâneas, a busca por essenciais lingüísticos, tais como a busca por regras que governam todos os sistemas semióticos, em Saussure, ou o estudo da faculdade da linguagem, o “órgão” mental comum a todos os falantes, que Chomsky se esforça em conhecer. Esses

exemplos são projetos da área da Lingüística que subscrevem, em sua busca de universais, a abordagem essencialista.

Saussure, apesar de ter elaborado uma crítica aos nomenclaturistas, rejeitando assim uma das versões mais disseminadas de representacionismo, não se afasta da idéia de que se pode reconhecer em cada indivíduo a língua como um sistema completo. Na teoria saussuriana, observa-se claramente a presença de uma investida essencialista na captura do que vem a ser a *langue*. Por outro lado, Saussure também reconhece uma certa dispersão e imprevisibilidade da linguagem, em muitas ocasiões, entre elas quando discute a questão da mutabilidade do signo lingüístico, apontando para uma compreensão mais dinâmica da *langue*.

Nesta dissertação, adotamos a perspectiva de linguagem oferecida na reação anti-representacionista de Wittgenstein, por acreditarmos que a visão representacionista deixa muitas perguntas sem resposta em relação aos conceitos de linguagem, regularidade, significado e conhecimento lingüístico, que tivemos oportunidade de discutir nesta seção. A perspectiva wittgensteiniana, em nosso entendimento, aporta importantes avanços, alguns dos quais encontramos também na obra considerada a fundadora da lingüística, o *Curso*, mas que, ainda hoje, permanecem relativamente ignorados por boa parte das correntes lingüísticas atuais.

2.2

***Curso de Lingüística Geral* reação e adesão à perspectiva representacionista**

Nesta seção, examinaremos a leitura da teoria lingüística saussuriana feita por R. Harris, importante para esta dissertação por fornecer justamente um olhar do *Curso* que contempla seus pressupostos tematizando a questão do representacionismo e abrindo espaço para uma compreensão que vai além do rótulo pelo qual Saussure ficou mais conhecido – o pai do estruturalismo².

O que será apresentado a seguir é uma leitura ampla do *Curso de Lingüística Geral*, para que fiquem claras as interpretações adotadas neste trabalho. A apresentação não pretende esgotar todos os temas e conceitos importantes do *Curso*, mas antes esclarecer como alguns deles serão tomados

² Este trabalho não discute nem critica as contribuições da escola estruturalista para a lingüística.

aqui, sobretudo no que diz respeito aos movimentos de reação e adesão ao representacionismo, que constituem o foco desta pesquisa.

Saussure, segundo Harris, é importante na história dos estudos lingüísticos, porque sua obra foi responsável por uma ampla reforma teórica e metodológica. Foi desencadeada, a partir do surgimento do *Curso*, uma mudança radical no foco de tratamento das principais questões sobre a linguagem, tão radical a ponto de Harris comparar a importância de Saussure para a Lingüística com a importância de Copérnico para a Astronomia. A comparação é feita entre o sol e a linguagem, porque ambos passam a ser, depois das proposições de Copérnico e de Saussure, os centros ao redor dos quais gira o mundo. Conforme ressalta Harris, “Saussure viu que a nossa compreensão da realidade é inteiramente dependente do uso social dos signos verbais que constituem nossa linguagem”, defendendo a idéia de que “as palavras não são rótulos que se aplicam a coisas da natureza”, sendo antes “produtos coletivos de nossa interação social, e instrumentos essenciais para que os seres humanos possam compreender o mundo em que vivem e falar sobre ele” (Harris, 1997:210).

A linguagem para Saussure não cabe, pois, dentro dos limites de um instrumento para propiciar a comunicação. Harris insiste que o que Saussure entende por linguagem ultrapassa esses limites, sustentando que há elementos para atribuir a Saussure a tese de que a “existência humana é uma existência lingüisticamente articulada” (cf.op.cit.:210). Sob este aspecto, Saussure representa de fato uma posição revolucionária no que tange à história do pensamento ocidental. Como vimos na seção anterior, esta história é marcada pela hegemonia de uma visão segundo a qual a linguagem ocupa uma posição relativamente periférica na existência humana, funcionando como mero instrumento para representar a realidade ou a vida mental. Nesse sentido bastante amplo, pode-se dizer, portanto, que Saussure definitivamente se aproxima do movimento anti-representacionista que comparece na filosofia contemporânea e se manifesta de forma especialmente clara nas proposições de Wittgenstein: tanto Saussure quanto Wittgenstein empenharam-se em destacar o papel constitutivo da linguagem nos assuntos humanos (cf. Harris, 1988:7).

Para que possamos, no entanto, compreender mais profundamente proposições saussurianas, tanto em seus aspectos revolucionários quanto na sua

dimensão mais conservadora, é conveniente começarmos por atentar para certas características particulares do *Curso de Lingüística Geral*.

O leitor comum do *Curso* se sente na maioria das vezes bastante perdido após a leitura deste texto. Não é sem razão que inúmeros manuais foram escritos visando uma melhor compreensão do pensamento saussuriano. Muitos autores ganharam estudos, exegeses, interpretações; poucos, no entanto, como Saussure, são sempre lidos com a ajuda de um manual. E foram muitos os manuais escritos para auxiliar a leitura do *Curso: Introdução à leitura de Saussure, Para compreender Saussure, Reading Saussure* são títulos que, com pequenas variações, multiplicam-se generosamente na literatura secundária sobre o *Curso*.

Como bem se sabe, o *Curso* não foi escrito por um autor. Ele é a compilação de apontamentos de estudantes obtidos ao longo de três cursos ministrados por Saussure. Além disso, o livro recebeu um título que de certa forma camufla a tarefa deixada aos seus leitores. Quem lê o termo *Curso* espera geralmente se defrontar com uma leitura didática. Não é isso que o leitor encontra.

O que encontramos é uma obra bastante difícil e de conteúdo extremamente complexo. O objetivo do *Curso* é oferecer os fundamentos de uma teoria lingüística geral. No momento histórico em que Saussure proferiu seus cursos, havia uma tendência, nas ciências, de defesa e resguardo do objeto científico. A antropologia, a psicologia e a sociologia eram disciplinas que acabavam de nascer e que faziam parte do mesmo campo de saber da Lingüística: o das ciências humanas. Observemos essa passagem:

[...] se estudarmos a linguagem sob vários aspectos ao mesmo tempo, o objeto da Lingüística nos aparecerá como um aglomerado confuso de coisas heteróclitas, sem liame entre si. Quando se procede assim, abre-se a porta a várias ciências – Psicologia, Antropologia, Gramática Normativa, Filologia etc. - , que separamos claramente da Lingüística, mas que, por culpa de um método incorreto, poderiam reivindicar a linguagem como um de seus objetos.(CLG:16)

Saussure não queria ter o objeto da lingüística confundido. Como já se disse, de acordo com Harris, o lançamento de um programa científico para a Lingüística tinha que conciliar necessariamente “um terreno científico defensável próprio para a linguagem e a necessidade de acomodar nesse terreno interesses tradicionais” (Harris,1987:196).

Saussure não podia ignorar o trabalho e as importantes contribuições dadas pela tradição de estudos sobre a linguagem. Entretanto, percebia que nesta tradição de estudos não havia a clareza metodológica exigida pela ciência naquele início do século XX. Em nome da clareza e da precisão, Saussure lançou-se na difícil tarefa de estabelecer o domínio da Lingüística. Harris, contudo, denuncia um lapso no empreendimento saussuriano (cf.op.cit.:196). No *Curso*, encontram-se o método da ciência florescente, a tarefa desta ciência, sabe-se qual material deve ser analisado, mas não se tem a resposta de uma pergunta fundamental: Para que necessitamos de uma teoria geral da Lingüística?

Harris sugere que o silêncio de Saussure em torno desta questão diz algo acerca de sua visão de ciência; a concepção saussuriana de ciência parece ser um resultado da aplicação do estudo do fenômeno lingüístico a um paradigma geral da filosofia da ciência (cf.Harris,1987:12), em que *ciência* se associa basicamente ao empreendimento de “juntar e de inter-relacionar sob poucas leis ou princípios gerais fatos díspares como pertencentes possivelmente ao mesmo assunto” (Harris,1987:196). Harris nos chama atenção, no entanto, para o fato de que, Saussure não oferece sinais claros de que tal empreendimento talvez faça mais sentido em alguns campos do que em outros – qualquer indicação de que tal empreitada talvez exija para a Lingüística um tipo de justificativa diferente daquela que pode ser oferecida para a Física, por exemplo.

Seja como for, irônico parece ser que o *Curso de Lingüística Geral*, tão empenhado em defender um terreno próprio, tenha sido alvo de tantas leituras e tenha atraído a atenção de tantas outras disciplinas.

De acordo com Harris (op.cit.:197), a distinção que serve de fio condutor para a realização do primeiro grande movimento saussuriano na direção de uma ciência da linguagem, - delimitar o objeto da Lingüística -, é a distinção entre *langue* e *parole*. Quer Saussure ter o conceito de *langue* tão bem delimitado como têm outras ciências os conceitos de seus objetos. Entretanto, *langue* não pode ser tratada no mesmo nível em que é tratada a eletricidade, o reino vegetal, ou a dívida externa. Para haver uma base para a Lingüística, tem de haver um objeto real, para o qual possam ser formuladas verdades gerais e universais. Na ausência de um campo fenomênico mais "tangível", como, por exemplo, o reino vegetal, Saussure se empenha, por assim dizer, em *coisificar* o seu objeto – e com esse

gesto, como veremos, aproxima-se de uma perspectiva representacionista da linguagem e do significado.

O objeto em questão é a *langue*. Mas o que vem a ser *langue*? Harris afirma que Saussure usa *langue* como um termo técnico, apesar de não tê-lo proclamado como tal. *Langue* para Saussure é ao mesmo tempo uma *instituição social* de uma comunidade e um *sistema cognitivo* na mente de um indivíduo; em outras palavras, é ao mesmo tempo coletiva e individual. Esse duplo caráter não tarda a convergir para uma só *estrutura*, constituída de um conjunto de relações. A necessidade de reduzir dessa maneira a *langue* é uma necessidade, digamos, operativa. Saussure precisava obter um objeto “manuseável”. Harris alerta, então, para que se perceba que, neste plano em que a *langue* é uma estrutura, o sistema cognitivo e a instituição social são a mesma coisa (cf.op.cit.:198).

A junção de características tão diferentes coloca um problema na teoria saussuriana que vem sendo tratado por “paradoxo saussuriano”. Labov (*apud* Harris,1987:198) criticou a junção dessas características quando confrontadas com o método de análise da *langue*. A pergunta elaborada por Labov foi a seguinte: Se a *langue* é social e a *parole* é individual, como então para estudar a *langue* é necessário apenas um indivíduo e para analisar a *parole* é preciso de vários indivíduos numa situação comunicativa? A questão principal aqui é: Se a *langue* é adquirida pelos indivíduos, ou seja, se ela se torna um sistema interno na cabeça dos indivíduos, então como é que ela, diferentemente da *parole*, pode ser um objeto estudado independentemente? (cf. Harris, 1987:198).

Para comentar este “paradoxo”, Harris procede ao exame dos conceitos de *langue* encontrados no *Curso*. Observa que há dois conceitos de *langue*. No primeiro, é entendida como “meio-termo” e, no segundo, é entendida como “uma totalidade”. Os trechos do *Curso* em que se lê que a língua é entendida como meio-termo e como totalidade são, respectivamente, os seguintes:

Entre todos os indivíduos assim unidos pela linguagem, estabelecer-se-á uma espécie de *meio-termo*; todos reproduzirão – não exatamente, sem dúvida, mas aproximadamente – os mesmo signos unidos aos mesmos conceitos. (CLG: 21)

Se pudéssemos abarcar a *totalidade* das imagens verbais armazenadas em todos os indivíduos, atingiríamos o liame social que constitui a língua. (CLG: 21)

A partir da leitura dessas passagens, não se consegue ter claro, conclui Harris, como a *langue* pode oferecer alguma garantia de que seja idêntica para falantes e ouvintes numa situação comunicativa, já que também há no *Curso* uma demanda de uniformidade no circuito da fala (cf. CLG:15-23). Ora, se a *langue* é o meio-termo, é impossível que seja suficiente, para estudá-la, a coleta de dados de apenas um indivíduo, e, por outro lado, também, se a *langue* é uma totalidade, então é impossível não estudar todas as evidências que uma comunidade lingüística tem a oferecer (op.cit.:199).

Para arrematar as considerações sobre esse problema, Harris volta a falar do programa científico do *Curso*, afirmando que Saussure estava impregnado do desejo de apresentar a Lingüística na condição de uma ciência simples e autônoma. Não há outra razão para deixar de apresentar a *langue*, sistema cognitivo e instituição social, como um objeto que solicitava um tratamento específico para cada uma de suas características – pois isso corresponderia a assumir que o objeto da Lingüística não era um objeto unificado.

Das considerações feitas acima sobre o conceito de *langue* em Saussure, deve ficar claro, em suma, o percurso de especialização que sofre o objeto lingüístico – para chegar, aos poucos, ao *objeto* manipulável da Lingüística Sincrônica. Para compreender o que é essa especialização da Lingüística, uma outra dicotomia aparece na teoria saussuriana, abordando a *langue* em suas dimensões sincrônica e diacrônica.

Saussure divide os estudos lingüísticos em dois campos, reunindo princípios teóricos relevantes para cada um deles (CLG:116):

A *Lingüística sincrônica* se ocupará das relações lógicas e psicológicas que unem os termos coexistentes e que formam sistema, tais como são percebidos pela consciência coletiva.

A *Lingüística diacrônica* estudará, ao contrário, as relações que unem termos sucessivos não percebidos por uma mesma consciência coletiva e que se substituem uns aos outros sem formar sistema entre si.

A Lingüística sincrônica estuda o que denomina um *estado de língua*: um estado de língua poderia ser compreendido, segundo a sugestão de Saussure, como um corte transversal que se faz na linha do tempo. Esse corte mostraria uma certa disposição dos constituintes da língua, que, entre si, se relacionariam de

maneira única e autônoma. Tal rede de relações entre os signos possui certa fixidez e só pode ser observada do ponto de vista sincrônico. Assim, Saussure nos diz (CLG:119):

Na prática, um estado de língua não é um ponto, mas um espaço de tempo, mais ou menos longo, durante o qual a soma das modificações ocorridas é mínima.

As relações que os constituintes da língua têm com os demais na linha-fluxo do tempo, são relações que só podem ser contempladas pela diacronia.

Mais uma vez aqui, observamos o movimento, de inclinação representacionista, no sentido de capturar o fenômeno lingüístico como uma dimensão fixa: embora o próprio Saussure reconheça ser problemática a definição do que seja o *estado de língua*, admitindo que não pode ser senão "uma noção aproximativa", parece considerar esta dificuldade como um percalço comum "na maior parte das ciências", sob a alegação de que "nenhuma demonstração é possível sem uma simplificação convencional dos dados" (CLG:118). Seja como for, sua compreensão da *langue* como uma estrutura que é, durante um estado de língua, *fixa* – sua idéia de que a *langue* é um sistema estável que subjaz aos usos concretos das línguas –, faz com que sua visão de linguagem seja compatível com a idéia de que as regras lingüísticas são logicamente anteriores a seu uso, contendo em si mesmas as suas possibilidades de aplicação e determinando de antemão o que pertence e o que não pertence à esfera da língua. E esta é, como vimos, uma das teses caras a perspectivas representacionistas.

Delimitada a *langue* como uma *estrutura* subjacente aos usos concretos da língua durante um *estado de língua* sincronicamente capturável, resta agora compreender em maior detalhe como Saussure entende esta realidade estrutural internamente. Para isso, será fundamental considerar em primeiro lugar o que Saussure nos tem a dizer acerca da natureza do signo lingüístico.

Ao introduzir este tópico (CLG:79 e segs.), Saussure começa por criticar e descartar aquilo que apresenta como uma visão tão disseminada quanto simplista – a visão de que "a língua, reduzida a seu princípio essencial, é uma nomenclatura, vale dizer, uma lista de termos que correspondem a outras tantas coisas".

Segundo Harris, esta pode ser entendida como uma crítica que Saussure volta à sua própria obra. Suas publicações *Mémoire sur le système des voyelles*

dans les langues indo-européennes e *De l'emploi du génitif absolu en sanscrit* subscrevem a visão nomenclaturista que era típica dos trabalhos comparativistas e filológicos da época.

Saussure constrói sua crítica aos nomenclaturistas em três aspectos. O primeiro deles é que o nomenclaturismo “supõe idéias completamente feitas preexistentes às palavras”; o segundo é que “não nos diz se a palavra é de natureza vocal ou psíquica”; e o terceiro é a suposição de que “o vínculo que une um nome a uma coisa constitui uma operação muito simples” (CLG:79).

Harris ressalta o caráter relativamente vago dessas objeções e alerta-nos a notar que um nomenclaturista poderia escapar das críticas de Saussure e continuar a ser nomenclaturista. Um adepto do nomenclaturismo não tem por que decidir se a palavra é de natureza vocal ou psíquica; tampouco tem por que sustentar que a relação entre o nome e a coisa é uma relação simples. Quanto à objeção de que a perspectiva sob ataque “supõe idéias já feitas”, um nomenclaturista poderia replicar que o que se supõe é que as *coisas* que recebem os nomes devam pré-existir. Harris afirma que o que há de estranho nessa crítica, como um leitor atento logo perceberá, é o fato de ela não ser inteiramente voltada contra a tese filosófica em si, mas contra o uso que se fez dela pelos estudos lingüísticos do século XIX. Para Harris, compreendemos melhor as objeções de Saussure, quando nos damos conta de que, no contexto histórico da época, era comum considerar que

A Lingüística seria científica justamente se o lingüista pudesse “provar” que, por exemplo, a palavra francesa *arbre* descendia diretamente do latim *arbor*. Parte da prova envolveria estabelecer que *arbre* e *arbor* referem-se à “mesma coisa”. (Harris, 1987:57)

Esse ponto é importante para nós, porque reforça e esclarece a hipótese, aqui assumida, de que Saussure rejeita apenas *uma* versão de representacionismo, mas não *qualquer* versão. O que Saussure parece combater aqui é de fato uma inclinação típica da abordagem historicista: pois, para Saussure, ainda que as árvores sejam as mesmas em todas as épocas e ainda que a coisa designada pelas palavras *arbor* e *arbre* seja a mesma, isso *não* quer dizer que o *valor* dos termos permaneça o mesmo. Conforme esclarece Harris (op.cit.:58), Saussure nega justamente a idéia de que “a identidade das coisas designadas garante a identidade das idéias”.

Rechaçar a tese do nomenclaturismo é, pois, rechaçar um tipo de visão representacionista para a linguagem. Após essa crítica, a resposta que se pede ao *Curso* é à pergunta: o que é, então, o significado de uma palavra?

Saber qual a explicação dada por Saussure para o significado de uma palavra é entrar num campo bastante movediço do *Curso*. Esta pergunta pode ser respondida de modo diferente conforme consideremos o conceito de significado. Harris observa que, para Saussure, o significado lingüístico de uma palavra (i) “não é uma entidade extra-lingüística de nenhum tipo” e (ii) “é dependente de uma rede de relações que ligam as palavras entre si” (Harris, 1988:22). Isso significa que para Saussure não há um isolamento possível do significado de qualquer expressão lingüística, porque este existe apenas na relação com o significado das outras expressões da língua.

Saussure, no entanto, não se detém a tratar do que é exatamente o “significado”. Não são poucas as vezes em que esse termo está presente no *Curso*. Assim como Saussure fala de significado, fala igualmente de significação, de idéia, de conceito e de pensamento. A caracterização acima oferecida por Harris a respeito do que é o significado é, na verdade, a caracterização do que é *valor* na teoria saussuriana.

O valor é justamente aquilo do qual estão revestidos os signos lingüísticos; é relacional e opositivo, porque não possui conexão de nenhum tipo com entidades da esfera da mente ou da natureza; é interno, só existe dentro do sistema lingüístico e é dinâmico, na medida em que a língua se desenvolve no tempo.

O significado para Saussure é algo mais estreito, digamos assim. Em sua teoria, não passa da contraparte do significante, no interior do signo. Ele, isolado, não é matéria da lingüística saussuriana. Só se faz presente, porque é um dos constituintes do signo lingüístico. O signo, este sim, no interior do sistema, é o motor da *langue*.

O movimento mais vigoroso de Saussure, portanto, parece dar-se na direção de enfatizar a importância da noção de *valor* na compreensão do fenômeno semântico, em detrimento das outras noções concorrentes, significação, significado e conceito. Ao insistir na identidade negativa e no caráter relacional das unidades lingüísticas, Saussure claramente se afasta da perspectiva representacionista. Ao mesmo tempo, no entanto, mantém uma visão bipartida do signo, numa inclinação representacionista inegável. Na esfera semântica, as

colocações saussurianas parecem ser um terreno em que a tensão entre os movimentos de adesão e reação ao representacionismo, manifestam-se de forma especialmente nítida.

A questão sobre a compreensão saussuriana da esfera semântica da linguagem articula-se de forma mais ou menos natural com dois outros pontos importantes de sua teoria da linguagem, que precisam ser comentados antes de passarmos à próxima seção: trata-se da relação entre linguagem e pensamento, por um lado, e da compreensão do que seja a comunicação verbal, por outro.

A palavra na teoria saussuriana não tem sua função explicada em relação ao pensamento que expressa, nem o pensamento é explicado em relação a uma coisa ou um estado de coisas do mundo. Como vimos, Saussure vê a identidade de uma unidade lingüística como sendo definida sobretudo pelo contraste constante com as outras unidades da *langue*. O pensamento, para Saussure, está intimamente relacionado à linguagem. Examinemos esse trecho do *Curso*:

O papel característico da língua frente ao pensamento não é criar um meio fônico material para a expressão das idéias, mas servir de intermediário entre o pensamento e o som, em condições tais que uma união conduza necessariamente a delimitações recíprocas de unidades. O pensamento, caótico por natureza, é forçado a precisar-se ao se decompor. Não há, pois, nem, materialização do pensamento, nem espiritualização de sons; trata-se, antes, do fato, de certo modo misterioso, de o 'pensamento-som' implicar divisões e de a língua elaborar suas unidades constituindo-se entre duas massas amorfas. (CLG:131)

Saussure quer mostrar nessa passagem que a *langue* não está entre o pensamento e o som – em certo sentido, ela *é* a articulação dos dois. Antes da linguagem não haveria pensamento, ou seja, o raciocínio não é pré-lingüístico.

O conceito de língua ao qual chega Saussure, nesta passagem, é caracterizado pela idéia da junção de duas substâncias, que, antes de se misturarem, são completamente amorfas. Bem, a língua é entendida como um código fixo, e a explicação dada pela passagem acima transcrita nos dá, na visão de Harris, uma explicação psicológica para o acontecimento da língua, como um derivado de duas substâncias amorfas. Ainda que, conforme ficará mais claro no próximo capítulo, Saussure jamais explique exatamente como tal junção pode produzir uma estrutura, o fato é que a insistência do autor na indissociabilidade entre pensamento e linguagem o coloca em posição antagônica à tese

representacionista de que os conceitos humanos gozam de algum tipo de autonomia, de que são, por assim dizer, logicamente anteriores à linguagem.

A teoria saussuriana, então, leva muito além o conceito de linguagem, no sentido de que lhe atribui função constitutiva em nossos sistemas conceituais, recusando-se a limitá-la a propósitos comunicativos. Quando consideramos, no entanto, a explicação que Saussure efetivamente oferece para a comunicação verbal, um movimento em sentido contrário parece desenhar-se. O aspecto da linguagem como uma atividade social interativa é abordado no *Curso* pelo que Saussure denominou o Circuito da Fala (CLG:19).

Harris demonstra que, em sua teoria da comunicação verbal, Saussure tem como fonte de inspiração a *teoria da translação* de Locke. Há, segundo ele, no circuito saussuriano, a conservação de duas premissas básicas deste antigo modelo: “(i) a comunicação é um processo telementacional, em que há a transferência de pensamento de uma mente humana a outra, e (ii) a condição necessária e suficiente para o sucesso do processo telementacional é que o pensamento do ouvinte seja idêntico ao do falante” (Harris, 1988: 205).

A teoria saussuriana, contudo, apresenta alguns avanços em relação a de Locke, sobretudo, porque, como vimos, para Saussure, o pensamento antes da linguagem é “uma massa amorfa.” Locke, por outro lado, concebia pensamento sem linguagem; para ele, as palavras eram recipientes para as idéias na mente, a qual, por sua vez, produz idéias independentemente da linguagem. Saussure já não trabalha com essas variantes: estabelece o conceito de signo lingüístico, fazendo com que entendamos que, no Circuito da Fala, não há a transmissão de idéias, pois cada indivíduo possui em suas mentes um sistema lingüístico.

Em relação à segunda premissa adotada por Saussure, a da identidade de pensamento, não há, além da noção de pensamento que acabamos de tratar, qualquer avanço do modelo do circuito em relação a teoria de translação. Locke e Saussure, ambos, “proclamam a completa simetria entre a codificação e a decodificação” (op.cit.:211). Num trecho do *Curso* se observa a reivindicação de uma perfeita simetria entre o que é pronunciado e o que é ouvido:

Pelo funcionamento das faculdades receptiva e coordenativa, nos indivíduos falantes, é que se formam as marcas que chegam a ser sensivelmente as mesmas em todos. (CLG: 21)

Outra idéia remanescente de Locke no modelo do circuito da fala, é a noção de conceito que desencadeia o processo de comunicação:

O ponto de partida do circuito se situa no cérebro de uma delas, por exemplo A, onde os fatos de consciência, a que chamaremos conceitos, se acham associados às representações dos signos lingüísticos ou imagens acústicas que servem para exprimi-los. (CLG: 19)

A aproximação com Locke, um dos defensores históricos mais explícitos de uma perspectiva representacionista do significado, aponta para a sintonia da teoria saussuriana da comunicação com tal perspectiva. Se Saussure não acompanha Locke na tese da anterioridade das idéias em relação às palavras, acompanha-o, no entanto, na postulação da fixidez e da uniformidade dos significados entre os membros de uma comunidade lingüística, nisso aproximando-se francamente do representacionismo.

Sobre a explicação de Saussure para o “circuito da fala”, Harris observa que talvez tenha relação com certa propensão no contexto da época, em que a utilização de um termo da tecnologia podia significar, para Saussure, “estar de posse de uma carta de entrada no mundo das ciências.” Harris continua afirmando que “talvez tenha sido um equívoco decidir adaptar um modelo de mecanismo de transmissão visando explicar conceitos que não são explicáveis, de forma alguma, através da referência a processos mecânicos” (op.cit.: 210 ver)218).

Acabamos de ver resumidamente alguns dos conceitos fundamentais para se compreender a teoria saussuriana, numa perspectiva que indica ora uma adesão ora uma reação ao representacionismo. Vimos que a idéia de que a *langue* é um sistema de regras fixas, que propicia a comunicação humana, através de processos simétricos de codificação e decodificação, em que signos lingüísticos, essa unidade bipartida, se constituem no momento mesmo da fala, na forma da união de um conceito e uma imagem acústica, é característica de uma adesão à visão representacionista da linguagem, enquanto, por outro lado, o entendimento de significado como valor, priorizando a forma que assume dentro do sistema da *langue*, em detrimento de qualquer relação extra-lingüística, e o entendimento de linguagem como indissociável do pensamento são característicos de uma reação ao representacionismo.

2.3 Metáfora, linguagem e ciência

Nesta seção, explicitaremos a forma como se compreende neste trabalho o fenômeno da metáfora. Indicaremos nossa adesão, com ressalvas, à *Teoria Cognitiva da Metáfora* – modelo emblematicamente associado aos nomes de G. Lakoff e M. Johnson (1980, 1999) que servirá de base para a análise desenvolvida nos capítulos subseqüentes. Em seguida, serão apresentadas as proposições de Michael Reddy (2000) sobre a “Metáfora do Conduto”, cujas implicações são, como veremos, importantes na investigação da penetração de uma visão representacionista da linguagem na teoria saussuriana. Finalizando a seção, indicaremos de forma breve a posição aqui assumida quanto ao papel da metáfora no discurso científico.

2.3.1 Sobre o conceito de metáfora

A partir de agora serão apresentadas, de forma resumida, as razões de esta investigação ter escolhido como componentes de sua base teórica alguns pressupostos da Teoria Cognitiva da Metáfora. Convém ressaltar de início que a adesão a este modelo não se faz aqui sem algumas importantes ressalvas, considerando-se que, conforme mostra Martins (1999), a Teoria Cognitiva da Metáfora, mantém ainda um compromisso com o representacionismo, chocando-se sob esse aspecto com a perspectiva de linguagem que, conforme anunciamos na seção 2.1, é adotada aqui. Concordamos com Martins (1999:11), no entanto, quando afirma ser possível descrever aspectos sistemáticos do fenômeno metafórico, de forma a incorporar muitos dos insights da abordagem cognitivista, sem aderir ao representacionismo.

Esta dissertação assume em parte a concepção de metáfora trazida pela teoria cognitiva, em primeiro lugar porque se afina com esta teoria em sua veemente negação de muitos dos pressupostos mais difundidos e aceitos na tradição de estudos lingüísticos, que afirmam

- (i) que nossa linguagem cotidiana é literal; (ii) que qualquer assunto pode ser compreendido literalmente; (iii) que somente a linguagem literal pode ser contingentemente verdadeira ou falsa; (iv) que todas as definições dadas num

léxico são literais e (v) que os conceitos usados na gramática da linguagem também são literais.”(Lakoff, 1993:244)

Crenças como estas em geral associam-se à idéia tradicional de que a metáfora é um fenômeno que se limita ao domínio do literário, do poético, e que tem uma função periférica nos assuntos humanos, funcionando como uma espécie de "ornamento" do discurso, freqüentemente prejudicial à apreensão da "verdade árida e do conhecimento real"³. Concordamos com os argumentos oferecidos por Lakoff e Johnson (1980, 1999), no sentido de demonstrar que, ao contrário, a metáfora, e os processos figurativos de um modo geral, são princípios cognitivos fundamentais, marcando presença, não apenas, em nossa linguagem cotidiana, como também nas práticas humanas de um modo geral.

Para a Teoria Cognitiva da Metáfora, é uma característica da forma humana de conhecer e de construir conceitos a projeção de domínios mais concretos de nossa experiência para domínios mais abstratos – simplificadamente, é comum entendermos nossas experiências mais abstratas a partir de projeções figurativas de nossas experiências mais concretas. Conforme explica Lakoff (1993: 208), a metáfora nos franqueia

o entendimento de um domínio da experiência, por exemplo amor, em termos de um outro domínio da experiência, bastante diferente, por exemplo viagem. Tecnicamente, a metáfora pode ser entendida como o mapeamento (em sentido matemático) de um domínio fonte (neste caso, o trajeto) a um domínio alvo (neste caso, o amor). O mapeamento é fortemente estruturado. Há correspondências ontológicas, de acordo com as quais entidades do domínio alvo, do amor, como amantes, seus objetivos comuns, suas dificuldades, sua relação amorosa, etc. correspondem sistematicamente a entidades do domínio fonte, o trajeto, os viajantes, o veículo, os destinos, etc.

Enunciados lingüísticos freqüentes em situações de relacionamento amoroso – como "É hora de ir cada um para o seu lado", "Chegamos ao fim da linha", "A gente está num beco sem saída", "A que ponto nós chegamos!", "Estamos atravessando um momento de turbulência", etc. – constituiriam, para os cognitivistas, evidências indiretas de que vivenciamos e conceptualizamos experiências abstratas, no caso amor, em termos de experiências mais concretas, no caso viagem.

³ Cf. Locke, J. *Ensaio sobre o entendimento humano*, livro 3.

Naturalmente, a aceitação deste tipo de abordagem supõe renunciar à compreensão mais tradicional da metáfora como um fenômeno, por assim dizer, sempre "transparente". A abordagem cognitivista sugere que metáforas são, na grande maioria das vezes, invisíveis, opacas, automáticas. Insiste-se, nesta abordagem, no entanto, que a falta de transparência de boa parte das nossas metáforas não corresponde de modo algum à sua morte, à sua conversão em algo "literal". Sob o ponto de vista dessa abordagem, metáforas cristalizadas, perfeitamente "invisíveis" e aparentemente mortas, determinam com efeito o curso dos acontecimentos nos assuntos humanos de um modo geral, manifestando-se nas esferas da política, dos relacionamentos pessoais, das artes, da medicina, da educação, etc.

Para os cognitivistas, essa força vital das metáforas, das mais cristalizadas às mais vivas, reside em grande parte numa de suas propriedades fundamentais, que é a preservação de raciocínios inferenciais do domínio fonte no domínio alvo, "num caminho consistente com a estrutura inerente do domínio alvo" (op.cit.:215). A metáfora "Homem é máquina" na medicina ocidental nos daria um exemplo dos reflexos que podem ter essa isomorfia de padrões inferenciais: raciocinando sobre o homem da mesma forma que raciocinamos sobre máquinas, somos levados, na medicina ocidental, por exemplo, a não tratar o corpo do homem como um todo, e sim como um conjunto composto de várias peças independentes, que quando defeituosas, devem ser consertadas isoladamente. Em suma, muitas vezes sem que saibamos somos reféns de modos de conduta determinados por metáforas altamente disseminadas e cristalizadas em nossa cultura.

Para a Teoria Cognitiva da Metáfora, nem todas as metáforas naturalmente são cristalizadas; no entanto, os cognitivistas crêem que o mesmo processo básico comparece nas metáforas mais cristalizadas e nas que são percebidas por nós como mais "vivas". O que há de especial nas metáforas "vivas", para os cognitivistas, é que elas tendem a estender, questionar, subverter, etc. o sistema de metáforas cristalizadas⁴.

De que tipo são as metáforas que serão analisadas nesta investigação? O foco deste trabalho está nas metáforas engenhosas e surpreendentes de Saussure.

⁴ Não se pretende aqui estabelecer uma oposição absoluta entre metáfora cristalizada e viva.

Iremos analisar, especialmente, as metáforas que têm como *domínio alvo* os campos abstratos do *significado* e da *linguagem*. Esta pesquisa reforça, portanto, a hipótese dos cognitivistas de que nos valem de projeções metafóricas de experiências concretas – massas, trens, moeda, jogos de xadrez, etc. – para conceituar os domínios abstratos – linguagem e significado.

É importante reforçar, no entanto, que a análise que se segue não pode ser considerada estritamente *cognitivista*, na medida em que não se subscrevem aqui alguns das teses centrais dessa vertente. Como vimos na seção anterior, esta pesquisa procura defender a idéia de que não podemos dissociar linguagem de mundo, por entender que a relação não é, como sustenta a teoria cognitivista, *indireta* – trata-se antes de um vínculo que é realmente indissociável. A linguagem, tampouco, é apenas a manifestação superficial de nossa estrutura cognitiva – partimos do princípio de que linguagem e cognição estão de tal forma imbricadas, que não se pode colocar as coisas nos termos de que uma é o “espelho” da outra.

Concorda-se aqui com a Teoria Cognitiva da Metáfora, em suma, na tese de que nossas formas de pensar e viver são estruturadas por metáforas que projetam a nossa experiência concreta para domínios experienciais mais abstratos, e que isso possui algum grau de sistematicidade. Parece-nos correta também a tese de que metáforas percebidas como novas e metáforas cristalizadas funcionam segundo princípios bastante semelhantes. Não subscrevemos, no entanto, a tese de que "a nossa experiência concreta e abstrata" e a nossa "vida cognitiva" são, por assim dizer, logicamente anteriores à linguagem – que esta funciona apenas como um sistema de *representação* dessas dimensões supostamente autônomas em relação ao fenômeno lingüístico.

Em suma, nossas principais diferenças em relação à abordagem proposta pela Teoria Cognitiva da Metáfora são: (a) tomamos as oposições entre "experiência concreta e abstrata" – e conseqüentemente entre "literal e metafórico" – como algo que é cultural e lingüisticamente determinado. Conforme esclarecem Arrojo e Rajagopalan (1992:52), "são muito mais uma questão de convenções sócio-culturais pré-estabelecidas do que uma característica intrínseca"; (b) acreditamos que mapeamentos metafóricos (Lakoff, 1993:208) – cristalizados ou novos – *não* constituem correspondências estruturais *fixas* (matemáticas) e que os raciocínios inferenciais que se podem desenvolver com

base em projeções do domínio fonte para o alvo *não* são pré-determinados por correspondências ontológicas "prévias" entre os dois domínios.

Em outras palavras, neste trabalho compreende-se que *tanto* a diferença entre o que é literal e o que é metafórico *quanto* os caminhos interpretativos que se podem construir diante de mapeamentos metafóricos particulares não são balizados por nada que seja fixo e anterior às nossas próprias práticas lingüísticas e culturais.

Isso é importante para que fique claro que a análise das metáforas do *Curso* que será feita nos capítulos seguintes não se pretende justificada por quaisquer parâmetros metafísicos absolutos, constituindo antes um esforço, mais condizente com a abordagem não representacionista aqui adotada, de "fornecer uma ordem em nosso entendimento da linguagem, não *a* ordem" (IF: §132).

Na análise das metáforas que se encontra nos próximos capítulos, utilizaremos, portanto, insights da Teoria Cognitiva da Metáfora sem nos comprometermos com a dimensão mais representacionista dessa abordagem. O fato de termos nos apropriado, para esta análise, do conceito de metáfora desta corrente é justamente porque ela apresenta claramente razões pelas quais entendemos um domínio em termos de outro, e como esta relação pode iluminar aspectos de um objeto investigado, principalmente no que diz respeito à investigação científica.

* * *

Dissemos anteriormente que, em nossa análise, priorizaremos as metáforas não cristalizadas do *Curso*, aquelas que percebemos como "vivas". No entanto, conforme veremos no próximo capítulo, o texto de Saussure naturalmente não escapa de todo à linguagem metafórica convencional que utilizamos para falar da própria linguagem. Convém, portanto, determo-nos brevemente em examinar esse ponto.

2.3.2

A metáfora do Conduto

Neste ponto do capítulo, será lembrada a importante contribuição do estudo de Michael Reddy (2000) sobre a chamada *metáfora do conduto* e faremos

uma pequena reflexão sobre algumas implicações desta metáfora para a teoria saussuriana.

Antecipando-se às proposições cognitivistas e mesmo inspirando-as, Reddy mostrou por um simples, mas significativo caso, que metáfora é a parte maior e mais indispensável de nosso caminho comum e convencional de conceptualização do mundo, e que nosso comportamento cotidiano reflete nosso entendimento metafórico da experiência (cf. Lakoff, 1993:204).

O texto *A metáfora do Conduto*, de Michael Reddy é, de fato, um importante trabalho cujo foco principal é a linguagem que utilizamos para nos referimos à própria linguagem. Analisando o caso do inglês, com implicações que serão prontamente reconhecidas em muitas outras línguas ocidentais, Reddy detectou certos padrões metafóricos sistemáticos na nossa linguagem sobre a linguagem.

De acordo com seu estudo, pode-se observar, em linhas gerais, as seguintes projeções metafóricas sistemáticas:

- Idéias (ou significados) são objetos,
ex. *Ponha aquelas idéias em outro lugar no parágrafo.*
- Expressões lingüísticas são recipientes,
ex. *Não consigo pôr minhas idéias em palavras.*
- Comunicação é transmissão (sending),
ex. *Tente passar melhor seus pensamentos.*

Analisando as implicações da metáfora do conduto, podemos ver que ela nos leva mais ou menos naturalmente a mascarar, ou omitir, alguns aspectos do processo comunicativo, fazendo-nos ignorar características fundamentais para a compreensão da linguagem. Uma das implicações da metáfora do conduto é a de que as palavras e as sentenças têm significados em si mesmas; uma outra seria pensar que a linguagem funciona sempre da mesma maneira independentemente de sujeitos e de contextos.

Em outras palavras, o que se está sugerindo aqui é que a linguagem de que nos valemos em situações cotidianas para falar da linguagem é representacionista. É importante atentarmos para uma consequência fundamental dessa proposição. Aceitá-la é reconhecer que – mesmo que, em um plano teórico,

não nos inclinemos a adotar a perspectiva representacionista de que as expressões lingüísticas têm significado para nós em virtude de representarem algo fixo e ulterior –, a linguagem de que dispomos adota-a, por assim dizer, à nossa revelia.

E Saussure, sem dúvida, não escapará disso. Na análise que faremos das metáforas do *Curso*, poderemos apreciar algumas das implicações que esta metáfora traz para a sua teoria. Não se pode sair da linguagem para falar dela – e estar consciente de que ela já traz em sua própria estrutura sinais de uma compreensão tácita é uma informação de fundamental importância para quem quer investigar a fundo a compreensão de linguagem e de significado de uma dada teoria. De acordo com Reddy, essa metáfora “tem o poder de influenciar os processos mentais em sua direção”; para o autor, “ela pode confundir tentativas sérias de construção de teorias” (cf. Reddy, 2000:29). No caso de uma análise da teoria de Saussure, sobretudo levando-se em conta o foco desta pesquisa, a constatação da “vocaçãõ representacionista” da nossa linguagem cotidiana sobre a linguagem tem óbvia relevância: ela nos fornece um elemento importante para avaliar a penetração de uma visão representacionista da linguagem na teoria saussuriana.

2.3.3 Metáfora e ciência

Nesta parte, outro ponto importante será desenvolvido, aproveitando o gancho da reflexão anterior sobre a metáfora do conduto. O tema que será de agora em diante abordado é o do papel das metáforas no discurso científico.

A maneira como o recurso metafórico está presente no discurso científico foi interpretada, em geral, segundo abordagens bastante distintas. A visão de que elas são necessárias, senão essenciais, para o desenvolvimento da ciência quase sempre foi rechaçada e mal vista, principalmente por filósofos da ciência. Locke, por exemplo, no *Ensaio acerca do entendimento humano*, renega, em uma passagem muito citada, o lugar da metáfora no discurso sério, em favor do conhecimento real e da verdade árida:

[...] se formos falar das coisas tais como são, devemos reconhecer que toda a arte da retórica, salvo a ordem e a clareza, todas as aplicações artificiais e figurativas das palavras que a eloqüência já inventou nada mais fazem do que insinuar idéias

erradas, mover as paixões e induzir o julgamento em erro, sendo assim consumadas fraudes.” (livro 3, cap.10, p. 105)

Assim como ele, muitos outros pensaram que se podia, numa atitude de pura obstinação e vontade, suprimir as metáforas de um texto científico, confiantes de que elas eram artifícios opcionais, próprios da poesia ou da retórica.

O discurso de Locke sobre o papel da linguagem figurada em escritos filosófico-científicos é detalhadamente analisado por Paul de Man, que afirma ser Locke um dos autores mais inconsistentes no que tange a seu desprezo pelas metáforas e tropos de linguagem. Paul de Man sustenta, com efeito, que Locke deve ser lido “não em termos de suas afirmações explícitas, mas em termos dos movimentos retóricos de seu próprio texto, que não podem ser reduzidos a intenções ou fatos identificáveis” (De Man, 1992:21).

Num movimento semelhante, em texto também muito interessante sobre metáfora e ciência, Indhurkya (1994:101) cita exemplos importantes de teorias científicas que tiveram seu desenvolvimento centralmente associado à criação de metáforas. Indhurkya cita, por exemplo, a influência da pintura cubista na formulação da teoria quântica de Niels Bohr, e a centralidade da imagem de um ramo irregular de uma árvore no pensamento de Darwin para a formulação do princípio da seleção natural. Quine (1992:161) afirma também que a teoria molecular dos gases “emergiu como uma metáfora engenhosa: um gás foi comparado a um enxame de corpúsculos terrivelmente pequenos”. Continua Quine dizendo que foi tão oportuna essa metáfora que acabou por ser aceita literalmente como verdade. Para Quine, com efeito, “a metáfora floresce na prosa descontraída e na arte poética, mas também é vital nos crescentes avanços da ciência e da tecnologia.”

Na ciência da linguagem, a metáfora sem dúvida comparece como um mecanismo investigativo. Em muitos trabalhos lingüísticos percebemos a presença da metáfora na explicação de diversos conceitos. Na lingüística histórico-comparativa, por exemplo, há a metáfora das línguas românicas como *ruínas de uma cidade original*. Em Chomsky a língua foi definida como um *espelho da mente*, no cognitivismo de Fauconnier foi vista como *a ponta de um iceberg*.

Nosso objeto de pesquisa foi escolhido justamente porque se revelou uma fonte rica de metáforas para a compreensão de diversos aspectos da linguagem.

Está claro que a metáfora foi por grande parte de nossa tradição filosófica vista como um ornamento, pesado, aliás, falseador e inimigo do conhecimento real e verdadeiro. Este trabalho assume, ao contrário, que não há a possibilidade de banir a linguagem figurada ou as expressões metafóricas do discurso científico, justamente porque a metáfora é entendida como um mecanismo de cognição, de importância central para o conhecimento. Os pressupostos desta pesquisa assumem a visão de Wittgenstein, de que é inocente tentar “controlar” a linguagem para alcançar o conhecimento real e verdadeiro, quando, para conhecer, dependemos da linguagem, e dela não podemos nos desvencilhar.

Interessante também é o trabalho de Susan Haack (1994:11) sobre o papel das metáforas no discurso científico, porque ela ajuda a discernir suas vantagens e desvantagens, embora alerte para o fato de que ainda não há uma teoria apropriada que nos forneça explicações sobre como as metáforas funcionam na elaboração de textos científicos.

Dentre as boas contribuições trazidas pela presença das metáforas no discurso científico, Haack chama atenção para o fato da metáfora servir em muitos casos para iluminar determinados aspectos de um objeto que se queira conhecer; e para proporcionar insights a investigadores, contribuindo na construção de um conhecimento.

Embora possamos defender o papel positivo das metáforas nas ciências, segundo Haack, as metáforas podem também ter efeitos negativos, fazendo-nos ignorar aspectos importantes do fenômeno analisado. Seja como for, para a autora, “hoje em dia muitos pesquisadores estão cientes de que a metáfora desempenha um papel fundamental para a pesquisa científica em geral, mas eles ainda não estão conscientes de como as metáforas desempenham esse papel” (Haack, 1994:4).

Dentre as características enumeradas por Haack estão: as metáforas (i) são cognitivamente vitais; (ii) iluminam mais que prejudicam; (iii) podem ser ineficazes; (iv) podem ser exploradas para objetivar uma persuasão através de um apelo emocional mais do que por um argumento racional; (v) podem levar a desviar a investigação de um caminho fértil; e (vi) podem servir como um substituto lento para uma apropriada articulação teórica.

A autora conclui alertando que a metáfora em si não é nem uma coisa boa nem uma coisa má, é antes de tudo um dispositivo capaz de, dependendo de sua utilização, servir tanto para o bem quanto para o mal.

Este é um quadro resumido do arcabouço teórico que guiará esta pesquisa. Concordamos com a visão que diz que a metáfora é um mecanismo que se ativa automaticamente e que o conhecimento de algo depende sempre do foco que se lança sobre ele. Também percebemos as vantagens que a metáfora pode trazer para o desenvolvimento da ciência e as desvantagens, levando para caminhos nem sempre pertinentes e muitas vezes adiando, portanto, o alcance de um determinado objetivo.

* * *

Nesse capítulo, apresentei os pressupostos teóricos desta pesquisa, analisando primeiramente a conceituação das duas visões para o significado lingüístico e na seqüência, as principais dicotomias saussurianas na perspectiva didática de Roy Harris. Na seção final, analisamos a complexa relação entre metáfora, linguagem e ciência, deixando claro o ponto de vista aqui adotado. Nos próximos capítulos prosseguirei à análise das metáforas, tendo como norte as considerações de Roy Harris sobre o *Curso de Lingüística Geral*.